

# PP pode voltar a discutir apoio à reforma

Para o deputado federal, o novo texto da reforma ainda precisa de alterações pontuais

HENRIQUE BRINCO  
REPÓRTER

O deputado federal Cacá Leão (PP) afirma que, com adiamento da Reforma da Previdência, o PP voltará a discutir o assunto - apesar de ter fechado questão. "Houve essa discussão, houve esse caminho, mas eu acho que o adiamento da votação vai fazer com que as conversas sejam reabertas. O presidente Ciro Nogueira é muito sensível, assim como o líder da bancada, Arthur Lira", disse o parlamentar, ontem, durante o Interlegis. "A gente entende a importância da matéria, mas a gente também entende a importância de um maior debate nesse processo. Acho que a gente ainda tem que fazer algumas intervenções nas regras de transição. Não acho que seja de hoje para amanhã. Então, acho que esse tempo é bom e é saudável para que a gente amplie essa discussão e para que a gente consiga ter um entendimento maior do benefício ou prejuízo que essa reforma terá para as pessoas", avalia o baiano.

"Esse texto ficou muito mais tranquilo, vamos dizer assim. Mas ainda tem alguns pontos neles, na questão dos servidores públicos, que ainda é o ponto sensível. Essa reforma não trata mais de trabalhador rural e não trata mais de nenhum outro ponto que ainda está sendo discutido por aí e ainda falta esse conhecimento para a população. Essa reforma trata apenas da idade mínima e da questão da contribuição do servidor", explica.

Conforme a **Tribuna** informou ontem, o PP nacional já afirmou que a legenda não fechará questão so-

bre a Previdência, mas garante que a maioria dos parlamentares está disposta a votar a favor do texto. Por outro lado, o presidente da sigla chegou a anunciar que se posicionaria a favor do projeto. Isso significa que nenhum deputado será punido caso se posicione contra o projeto. E a tendência do PP baiano é justamente essa: rejeitar o texto, pelo menos por enquanto. "Apesar de ter uma discussão muito ampla sobre isso, não sabemos como está o projeto agora após as mudanças. Não nos aprofundamos. Só posso dar uma posição quando sentar com a bancada e ouvir o partido", afirmou o deputado Mário Negromonte Jr (PP) ao jornal.

**O DEPUTADO FEDERAL** Cacá Leão (PP) afirma que, com adiamento da Reforma da Previdência, o PP voltará a discutir o assunto - apesar de ter fechado questão



## “Decidirei se vou para o Senado após o Carnaval”

O prefeito de Feira de Santana, José Ronaldo (DEM) disse ontem que tem sido positiva a construção de sua cada vez mais provável candidatura ao Senado Federal. "Só teremos uma definição depois do Carnaval. Enquanto isso, continuaremos conversando, o objetivo é ter o apoio de vários partidos, alcançando todas as regiões do Estado. Algumas viagens têm acontecido. Mas não posso ser candidato de mim mesmo, mas de um grupo político",

disse ontem durante o encontro Interlegis. O gestor feirense também acredita que a legenda do qual faz parte está em um bom momento, apesar de rumores de que ele mudará de sigla para conseguir dar mais fôlego e viabilizar sua candidatura. "O partido está passando por um momento bom, tem tudo para crescer. Acredito muito nessas novas filiações e também no crescimento do partido nas zonas eleitorais". Em entrevista ao "Bom Dia Fei-

ra", no início do mês, Ronaldo afirmou que se sente estimulado para a candidatura. "Temos uma força muito grande na Bahia, que normalmente um forte candidato a governador ajuda bastante um candidato a senador. Acho que isso é um processo político, a eleição do ano de 2018 vai ser uma eleição diferente no Brasil, tão cedo não iremos saber o quadro definido de candidatos a Presidente da República", afirmou na ocasião. (HB)

## Fachin nega a Geddel pedido para saber quem denunciou bunker

AMANDA PUPO E RAFAEL  
MORAES MOURA  
O ESTADO DE S.PAULO

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Edson Fachin negou o pedido da defesa de Geddel Vieira Lima para ter acesso ao número telefônico da fonte que denunciou a Polícia o "bunker" com R\$51 milhões, em Salvador. O indeferimento por parte do ministro foi feito na última quarta-feira (13), e publicado ontem no sistema da Corte. A solicitação do ex-ministro foi feita no início de novembro. Na petição, Geddel ainda requisitava a identidade do agente policial que recebeu o contato, fato que teria ocorrido em julho deste ano.

Fachin, ao negar o pedido, afirmou que suas atribuições, nesta fase de investigação, são limitadas à supervisão dos atos investigativos e "à deliberação acerca das medidas que exigem decisão judicial". Para o ministro, a análise sobre a pertinência destes pedidos deve ser submetida a autoridade policial, que cuida da atual fase do inquérito.

## Câmara de Salvador reúne MP, TCM e Senado para capacitar vereadores

HENRIQUE BRINCO  
REPÓRTER

A Escola do Legislativo de Salvador e a Câmara Municipal realizaram, ontem, a abertura do Seminário do Programa Interlegis, voltado para os presidentes das Câmaras Municipais da Bahia. Os registros e avanços da Câmara Municipal de Salvador em 2017 foram apresentados pelo presidente da Casa, vereador Leo Prates (DEM), para os representantes de casas legislativas de todo o estado, no Centro de Cultura da Câmara. Dirigida pela vereadora Marta Rodrigues (PT), a Escola que leva o nome de Péricles Gusmão Régis, foi criada por meio de projeto de resolução da edil aprovado na Câmara com o propósito de promover cursos de capacitação dos processos legislativos, orçamentários e técnicos para os servidores, assessores dos legislativos, lideranças comunitárias, conselheiros políticos, movimentos sociais e demais setores da sociedade civil.

Iniciativas como a Super Terça, Escola do Legislativo, Colegiado dos Presidentes de Comissões, Ouvidoria no Bairro e Câmara Itinerante foram expostas durante a palestra "Reflexões e Avanços na Câmara Municipal de Salvador". "Não buscamos só a novidade, estamos também resgatando inici-

Foto: Reginaldo Ipê



ativas que funcionavam. Nestes 349 dias à frente da Câmara, também aprendi a fazer um trabalho preventivo e não reativo, por isso adotamos o sistema Mirante, do Tribunal de Contas dos Municípios, que nos permite acompanhar todos os nossos índices", sugeriu Leo Prates aos registros de candidatura, eleição e diplomação, antes, durante e depois do pleito. Em caso de vitória do petista, no ato final seus adversários vão recorrer contra a posse, tentando forçar novas eleições.

"Na atividade de hoje [ontem], agregamos e aproximamos os presidentes das câmaras da Bahia, para que os trabalhos se afinem e se aprimorem de forma democráti-

ca. A Escola é um meio de fortalecimento da cidadania e nosso objetivo é promover cada vez mais cursos e atividades enriquecedoras, aumentando a participação popular nos espaços de poder", declarou Marta. Presente no evento, o prefeito ACM Neto, destacou a importância da integração entre o Senado e as câmaras municipais para aperfeiçoar a atuação do legislativo. "Sobretudo neste momento de contestação da credibilidade política, precisamos investir na prestação de contas, na transparência e na capacidade de comunicação com o cidadão".

**LÉO PRATES** voltou a comentar avanços da Câmara Municipal, desta vez na abertura do Interlegis

## PONTO DE VISTA

### Apertem os cintos: forte turbulência eleitoral

Entre petistas e não-petistas, há quase unanimidade em torno da convicção de que o TRF-4, que marcou o julgamento para 24 de janeiro, não correu tanto para morrer na praia da absolvição: vai condenar o ex-presidente Lula. Diferentemente do que muitos possam pensar - inclusive os juízes da própria Corte -, porém, esta decisão não vai definir as coisas em relação às eleições presidenciais de 2018 como parece ser a intenção. Ao contrário, vai é instalar a confusão total.

Ao levar a julgamento o recurso de Lula em prazo recorde, o TRF-4 passa a ideia de querer resolver logo o assunto, com antecedência de meses, para dar ao país e aos agentes políticos tempo para assimilar a decisão de tornar o ex-presidente inelegível - e riscá-lo

da cédula de 2018 - e reiniciar o jogo.

A escolha do 24 de janeiro, ainda dentro do recesso dos tribunais superiores, evidencia até um calculado desejo de limitar a previsível comoção popular e política que poderá se seguir à condenação de Lula. Poucos dias depois vem o Carnaval, o país para e, depois, o ano começa para valer e fica mais fácil mudar de assunto - parece ter sido a avaliação. Os três juízes do TRF-4 fazem seu serviço e saem do foco.

Trata-se de uma ilusão, e se o raciocínio é esse, seus autores correm o risco de dar com os burros n'água. O roteiro poderia ser assim se Lula estivesse disposto a, uma vez condenado, jogar a toalha. Desistir da disputa, indicar logo um substituto e sair fazendo campa-

nha por ele. É um opção, já que, segundo as mesmas pesquisas que o colocam na liderança, ele seria importante eleitor para qualquer um.

Só que isso não vai acontecer. Lula, o PT e seus apoiadores vão usar de todos os recursos jurídicos e políticos possíveis para manter a candidatura, pois sentiram o cheiro da vitória. No plano jurídico, há um longo caminho: recursos ao próprio TRF em embargos de declaração e embargos infringentes, caso a decisão não seja unânime em relação não só à condenação, mas também à dosimetria das penas; recurso ao STJ depois da decisão final do TRF; recurso extraordinário ao STF; e, a qualquer momento, pedido de liminar nesses tribunais superiores para garantir a candidatura enquanto todo esse rolo não

se resolve - o que levaria meses, ultrapassando a eleição.

Sem falar nos recursos ao TSE, a quem caberá a palavra final em relação a registro de candidatura, eleição e diplomação, antes, durante e depois do pleito. Em caso de vitória do petista, no ato final seus adversários vão recorrer contra a posse, tentando forçar novas eleições.

No plano político, a estratégia é vitimizar o ex-presidente e confrontar o Judiciário a cada recurso negado, botar a militância a fazer barulho e tentar sensibilizar seu eleitor - a maioria silenciosa, que parece hoje muito maior do que muitos imaginavam. As consequências podem ser inesperadas. No mínimo, haverá uma radicalização sem limites da disputa política, que há tem-

pos já vem mais do que acirrada.

É provável que a campanha eleitoral de 2014 vá parecer brincadeira de criança perto da de 2018, que vai se dar sob uma agressividade sem precedentes, em meio a intenso tiroteio, de forma figurada e, quem sabe, até literal - dado o apreço de alguns concorrentes pelas armas. Pancadaria pura.

E a pergunta que se faz é se isso será bom para o país. Se vai permitir que seus grandes problemas sejam debatidos, como deve acontecer nas campanhas em países democráticos, e que o eleitor saia disso mais esclarecido para dar seu voto. Claro que não. No meio da guerra em torno de corrupção, perseguição e violências, quem vai falar de ajuste fiscal? De propostas de reforma da Previdência? Educação? Saúde? Programas sociais? Investimentos?

Há grandes chances de que este seja o roteiro de 2018. Com o emaranhado de recursos judiciais pela frente e, sobretudo, com a divisão que tomou conta também de seu próprio plenário, dificilmente o STF terá condições de decidir a parada em caráter definitivo antes da eleição. Numa tal encruzilhada política e jurídica, somente o plenário terá legitimidade para a sentença final que decidirá o destino do país, retirando ou não da eleição o candidato líder nas pesquisas. Na dúvida, ou na divisão irremediável, pode preferir esperar o fim processo eleitoral para ver como é que fica.

Por enquanto, a única coisa que fica é a certeza de que esta será uma das eleições mais turbulentas desde a redemocratização do país. Apertem os cintos porque vai balançar muito.

Helena Chagas é jornalista